



CIEA7 #1:

GUARDIANES DE LA HISTORIA Y DE LA MEMORIA: 'TRADICIONES',  
COLECCIONES Y OTRAS MANIFESTACIONES (IN)MATERIALES DEL PERÍODO  
COLONIAL.

Manuela Cantinho<sup>o</sup>

mcantinhop@hotmail.com

### **Colecções etnográficas extra-ocidentais em Portugal:**

passado, presente e futuro

*O estudo sistemático da cultura material extra-ocidental existente em museus portugueses, bem como, a caracterização e avaliação dos contextos de recolha que originaram esses acervos, enquadram duas componentes fundamentais da história da antropologia no nosso país. Tais estudos permitem reformular algumas teorias sobre as nossas alteridades espaço-temporais, a cultura material acumulada, os objectos aculturados e as mudanças culturais. Num momento em que se pretende reavaliar qual o papel dos museus com acervos coloniais, chama-se à atenção para a importância deste património na reflexão que os cidadãos podem e devem fazer sobre o seu passado, a sua contemporaneidade e as mudanças em curso.*

Colecções etnográficas, Património colonial, História da Antropologia, Portugal.

---

<sup>o</sup> Instituto de Investigação Científica Tropical e Sociedade de Geografia de Lisboa.

O património colonial português, que foi sendo constituído ao longo de séculos, integra uma componente fundamental: as chamadas colecções etnográficas extra-ocidentais. “Industria dos povos”, “curiosidades”, “produtos industriais, coloniais ou ultramarinos”, “artefactos”, “objectos raros e curiosos” e finalmente “objectos etnográficos”, são algumas das designações utilizadas entre os finais do século XVIII e a segunda metade do século XX. Nomenclaturas intimamente ligadas ao percurso científico e autónomo da História Natural num primeiro momento e mais tarde da Antropologia.

A pesquisa centrada no coleccionismo etnográfico está longe de permitir uma avaliação de conjunto, tanto no que respeita aos acervos em si, como às instituições que os albergam.

Através dos estudos realizados foi possível identificar três impulsos na constituição de colecções extra-ocidentais em Portugal, entre as últimas décadas do séc. XVIII e os meados do séc. XX, intercalados com períodos de apagamento da componente etnográfica.

## PRIMEIRO IMPULSO

Até meados do século XVIII os poucos registos que existem, referenciando remessas regulares com critérios de sistematização, dizem respeito sobretudo a interesses privados da Coroa e de alguma nobreza mais esclarecida. No Reino, solicitavam às colónias o envio de colecções, nomeadamente de animais exóticos ou amostras de diferentes produtos de origem vegetal e mineral (Cantinho, 2005: 24). A componente artefactual ou era inexistente ou não se revelava explicitamente.

Durante a segunda metade do séc. XVIII, vislumbrou-se um interesse particular pela criação de condições para que Portugal se juntasse a uma Europa apostada no estudo da História Natural. Neste contexto constituíram-se em Lisboa e em Coimbra três unidades patrimoniais – nas suas componentes palaciana (Real Gabinete da Ajuda), universitária (Museu de História Natural de Coimbra) e de uma academia (Museu da Real Academia de Ciências de Lisboa) – que em prol de uma mesma “causa” dedicaram-se ao estudo, ensino e divulgação da História Natural.

Os diversos colectores, naturalistas formados em Coimbra ou os funcionários da administração colonial colocados nas diferentes ex-colónias, a partir de 1781, passaram a dispor de normas – através das *Breves Instruções* publicadas pela Real

Academia de Ciências de Lisboa – sobre o modo de recolher os produtos de história natural, nos quais se incluía a cultura material das populações com que entravam em contacto. Um museu de História Natural só estava completo se contivesse os *Vestidos, ornamentos, armas e outras manufacturas das nações mais desconhecidas* de forma a conhecer a sua *industria*<sup>1</sup>. Estas mesmas *Instruções* seriam enviadas para as diferentes ex-colónias dois anos antes de se realizarem as célebres Viagens Filosóficas, organizadas e programadas em Coimbra e em Lisboa.

De entre os núcleos mais importantes que resultaram das missões então realizadas – em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Índia e Brasil -, a colecção Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>2</sup>, relativa à viagem realizada por este naturalista à Amazónia entre 1783 e 1789, destaca-se pelo rigor metodológico aplicado na recolha, a dimensão e diversidade dos materiais colectados, bem como, a informação que deixou à nossa disposição.

Passados cerca de duzentos e vinte anos, e após diversas vicissitudes – roubo, empréstimos, separações, incorporações, destruição, isolamento ou esquecimento -, o material etnográfico oitocentista que chegou até aos nossos dias encontra-se quase que em exclusivo nos museus da Academia de Ciências de Lisboa (ACL) e no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

Ao referirmos as colecções etnográficas extra-ocidentais do séc. XVIII existentes em museus portugueses, ou ao tentar avaliar a sua riqueza e diversidade, não podemos deixar de referir dois aspectos fundamentais: por um lado o trabalho de pesquisa em arquivos portugueses que ainda está por concluir, bem como os estudos que têm estado a ser realizados. Neste sentido, conseguimos identificar dois núcleos até hoje desconhecidos<sup>3</sup>. Esta “(re)descoberta” permite confirmar a existência em Portugal de colecções que se enquadram nas grandes temáticas de recolha dos finais do século XVIII. Referimo-nos a património artefactual nomeadamente do Havaí e da Colômbia Britânica.

O Real Museu de História Natural da Ajuda terá sido um destino privilegiado cujas colecções foram sendo solicitadas pela Coroa: por via diplomática, através da administração colonial, ou das recolhas efectuadas por naturalistas. No caso do património artefactual do Havaí e da Colômbia Britânica, que aí deu entrada nos finais de Setecentos, existem várias hipóteses credíveis de recolha, entre as quais o

---

<sup>1</sup> *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos...* 1781.

<sup>2</sup> Actualmente dispersa por diversas instituições: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, Academia de Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Musée national d'histoire Naturelle (Paris).

<sup>3</sup> Em colaboração com o actual director do Museu da ACL, Prof. Miguel Telles Antunes.

posicionamento privilegiado de Portugal em Macau. O comércio das peles (Pacífico Norte) que entravam via Macau na China, poderá ter facilitado a aquisição destas colecções<sup>4</sup>. Diversas companhias comerciais estrangeiras tinham filiais em Macau e utilizavam nalguns casos pilotos portugueses.

Em 1801 a Coroa decidiu ajudar a enriquecer as colecções do Museu de História Natural de Coimbra, e autorizou a incorporação de um conjunto bastante representativo de “produtos naturais e industriais” pertencentes até à data ao Real Museu da Ajuda. A referida remessa inventariada e organizada por Alexandre Rodrigues Ferreira só seria enviada para Coimbra em 1806, embora integrasse um núcleo de *produtos industriais* maioritariamente constituídos por objectos da cultura material ameríndia recolhida por aquele naturalista, incluía ainda artefactos de África, Índia ou mesmo Oceânia<sup>5</sup>.

A partir de 1808 dá-se o bloqueio das unidades museais entretanto constituídas. A Coroa, uma das principais impulsionadoras da constituição de colecções no âmbito da História Natural, auto exilou-se no Brasil e deixou de patrocinar o desenvolvimento do mais importante museu de história natural de então no nosso país, o Real Museu de História Natural da Ajuda.

Em 1836, face às dificuldades surgidas com a manutenção do Museu da Ajuda após o regresso da Coroa do Brasil, as suas colecções foram incorporadas no Museu de História Natural da Academia de Ciências de Lisboa (ACL). Terminara um capítulo importante, que tinha tido início nas duas últimas décadas do séc. XVIII com “as recolhas ao serviço da Coroa”. Por seu turno, a ACL lutava com grandes dificuldades em manter o museu e em 1858 uma parte importante do seu acervo foi incorporado no Museu da Escola Politécnica de Lisboa. Como consequência os diferentes conjuntos de cultura material, ficavam a partir daquela data (1858) isolados dos “três reinos”, a que tinham estado até ali ligados. Esta separação revela por um lado a nítida diferenciação disciplinar que se estabelecia no seio da História Natural, mas também o esquecimento e desvalorização destas outras colecções. (Cantinho, 2005:145). O período que mediou entre 1808 e cerca de 1850 caracterizou-se por um progressivo apagamento da componente etnográfica.

---

<sup>4</sup> Temos notícia de embarcações portuguesas junto dos *Nootka* (Colômbia Britânica). Sabemos ainda que algumas delas, nos finais do séc. XVIII, *invernavam* no Havaí.

<sup>5</sup> Ver “Relação dos produtos naturais e industriaes que deste Real Museu se remetterão para a Universidade de Coimbra em 1806”, in *Memória da Amazónia...*, p. 38-63.

## SEGUNDO IMPULSO

A partir de meados do séc. XIX voltava a surgir um interesse crescente por parte do Estado em constituir colecções que dessem origem a um museu colonial. Note-se que já em 1838 Sá da Bandeira (1795-1876), como chefe de governo, tentara que nas ex-colónias se começasse a proceder à recolha de produtos, tendo em vista a criação de museus nesses territórios<sup>6</sup>.

Voltava a insistir-se na necessidade de se explorar cientificamente as colónias, com dois enfoques fundamentais, o desenvolvimento comercial e a vulgarização do conhecimento. O ponto de partida para a constituição de um acervo colonial, ficaria dependente dos interesses comerciais e será sob esta perspectiva que se julga poder ver surgir as primeiras doações no seio da Associação Marítima Colonial (AMC) criada em 1839. No ano seguinte esta anunciava, que estavam finalmente «(...) lançados os primeiros fundamentos para um muzeu, e um gabinete de produtos das províncias ultramarinas (...)»<sup>7</sup>. Tal devia-se à solicitude dos seus sócios. Contavam com diversas amostras de produtos do novo estabelecimento de *Mossamedes* e de Timor, entre as quais, algodão e sândalo, armas do *Otaiti*, e de outros. Em sessão de 7 de Julho de 1845, foram novamente mencionadas ofertas de sócios, para o museu da Associação. Objectos zoológicos, um *taifo* (espada chinesa), um punho (arma chinesa), uns pães de goma das Ilhas Malaias, ou ainda colecções de pintura *Bengalís*, mostrando os seus trajos e usos<sup>8</sup>. O entendimento dos objectivos desta associação torna-se fundamental, pois parece residir aí a emergência de uma proposta de *museu colonial*, com características que se adaptavam à forma de pensar no princípio dos anos quarenta do séc. XIX no nosso país (Idem:72). O património artefactual adquire um estatuto eminentemente comercial.

Este interesse crescente iria ser impulsionado pela participação de Portugal nas grandes exposições internacionais, nomeadamente de Londres (1851) e de Paris (1855 e 1867). Sá da Bandeira em Dezembro de 1868 conseguiu dar corpo a esta ideia, através da reforma introduzida na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. A partir desse momento a Direcção Geral do Ultramar passava a ser responsável pelas *explorações científicas no ultramar*, bem como pela constituição de *colecções* e organização de *exposições dos produtos coloniais*. Neste sentido em

<sup>6</sup> Ver a título de exemplo Portaria de 19 de Julho de 1838 in: *Boletim do Conselho Ultramarino*, Legislação novíssima, 1834-1851, p.54.

<sup>7</sup> *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 1, 1840, p. 11.

<sup>8</sup> *Ibid.*, n.º 9, 1845, p. 358.

1871 o Estado decidiu criar o seu próprio museu, o Museu Colonial de Lisboa (1871-1892), reactivando em simultâneo o envio de colecções para o Museu da Universidade de Coimbra.

Quatro anos depois era criada a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), que desde o primeiro momento defendeu a constituição sistemática de colecções coloniais. Estava dado mais um passo importante. No seio desta instituição a componente de recolha etnográfica iria assumir um papel fundamental a partir dos anos oitenta. Tratava-se de encontrar uma solução “científica” para a questão colonial. Havia que colonizar cientificamente, pelo que era necessário conhecer os colonizados. A via etnográfica revelar-se-ia como uma das soluções a implementar.

De salientar que nesse mesmo período constituíram-se diversas colecções privadas importantes<sup>9</sup>, algumas sedeadas em Coimbra. Destas destaco a que deu origem ao Museu Etnográfico César Augusto Gomes Ribeiro (1893)<sup>10</sup> ou a colecção reunida por Alberto Correia<sup>11</sup>. Os privados concorriam com as suas colecções e os seus produtos coloniais aos grandes eventos expositivos nacionais e internacionais<sup>12</sup>.

As primeiras décadas do séc. XX caracterizaram-se por um progressivo apagamento da componente etnográfica extra-ocidental à medida que o Estado foi assumindo a “questão colonial”, o qual valorizaria durante algum tempo os grandes eventos expositivos. O discurso expositivo saiu dos museus (Idem:538). Em 1931 Portugal participou na grande exposição colonial de Paris, em 1934 inaugurou-se no Porto a Primeira Exposição Colonial<sup>13</sup>, onde começaram a surgir as primeiras propostas de criação de novos museus etnográficos. No âmbito do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial que então se realizou, Luís Chaves (1889-1975) apresentaria um projecto para a criação de um “Museu Etnográfico do Império Português” e o Tenente Afonso do Paço proporia a criação de um Museu de Etnografia (metropolitano). A dicotomia entre etnografia metropolitana e extra-ocidental parecia evidenciar-se. Em 1938 surgiria um outro projecto de criação de um “Museu Colonial Português” assinado por Joaquim R. dos Santos Júnior (1901-1990), que viria a ser

---

<sup>9</sup> Aguardam um estudo cuidado.

<sup>10</sup> Em 1899 as colecções recolhidas por César Augusto Gomes Ribeiro seriam adquiridas pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

<sup>11</sup> Adquirida pelo Museu Antropológico de Coimbra em 1897. Ver Rosário Martins, “As colecções etnográficas...”, in *Cem anos de Antropologia em Coimbra 1885-1885*, p. 122.

<sup>12</sup> Alberto Correia foi um dos principais expositores/coleccionadores do Porto que concorreu à Exposição Insular e Colonial de 1894.

<sup>13</sup> A primeira exposição colonial do Estado Novo. Em 1894 realizara-se a “Exposição Insular e Colonial do Porto”.

divulgado no âmbito do Congresso Colonial durante a “Exposição do Mundo Português” de 1940<sup>14</sup>.

## TERCEIRO IMPULSO

Nos anos cinquenta do séc. XX surgiria um novo impulso com o grupo liderado por António Jorge Dias (1907-1973). Esboçava-se uma nova visão colonial, esboça-se um novo museu estatal e em 1965 era formalmente criado o Museu de Etnologia do Ultramar<sup>15</sup>.

A institucionalização desta nova unidade museal concretizava somente uma parte do projecto preconizado por Dias uns anos antes<sup>16</sup>. Na realidade o Museu de Etnologia do Ultramar estava destinado a ter numa primeira fase um carácter exclusivamente “tropical”. Instala-se a partir daí uma dicotomia na constituição e divulgação do acervo (Cantinho, 2008:275). A componente da etnografia portuguesa, embora importante, ver-se-ia marginalizada por parte da tutela até finais dos anos oitenta.

Em 1989 o Museu de Etnologia do Ultramar passaria para a tutela do então Instituto Português de Museus (IPM), com a designação de Museu Nacional de Etnologia (MNE) e perderia o seu carácter exclusivamente tropical. Parecia chegado o momento de se concretizar a ideia de museu preconizada por Jorge Dias cerca de vinte anos antes: a existência em Portugal de um museu de etnologia de âmbito universalista, cuja investigação fosse assegurada por centros aí sediados. Apesar disso, com a mudança de tutela os centros de investigação foram extintos. A nova realidade organizacional não previa a existência de investigadores no seu quadro que dessem continuidade ao estudo e divulgação de cerca 30.000 artefactos aí preservados (Idem).

---

<sup>14</sup> A qual incluiu um núcleo dedicado às ex-colónias portuguesas, situado no terreno do actual Jardim Botânico Tropical, em Belém.

<sup>15</sup> Museu Nacional de Etnologia desde 1989.

<sup>16</sup> Em 1963 referiria que «Desde há muito que o Chefe da Missão Organizadora do Museu tem defendido a opinião de que o Museu em causa não devia ser exclusivamente um museu de etnografia ultramarina, mas sim um museu do povo português.», Jorge Dias, “Breve História...”, p. 3.

## ALTERIDADE CATIVA

*Collections are a significant element in our attempt to construct the world, and so the effort to understand them is one way of exploring our relationship with the world.*  
(Pearce, 1992:37)

Passados mais de dois séculos sobre as primeiras recolhas de cultura material extra-ocidental com destino a museus portugueses, interessa reavaliar o conhecimento que possuímos sobre nós próprios como colectores, como construtores de identidades imaginadas e sobre as colecções que terão utópica e ilusoriamente servido como testemunhos de alteridade. A resposta não é nada animadora, confirma a nossa ignorância sobre grande parte destes acervos. Portugal não está só, embora continue a não considerar fundamental repensar que destino dar a este património artefactual, que muitas vezes permanece cativo das suas qualidades estéticas ou das instituições que o tutelam.

Se olharmos para os principais núcleos que dão corpo ao importante património colonial existente no nosso país – Museu Nacional de Etnologia (Lisboa); Museu da Sociedade de Geografia (Lisboa); Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz); Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Coimbra); Museu da Universidade do Porto (Porto) ou um conjunto mais disperso à guarda de vários museus municipais ou de colecções privadas –, e avaliarmos as políticas institucionais no que se refere à investigação e divulgação das colecções nos últimos quinze anos talvez se entenda melhor o que acabamos de afirmar. As colecções etnográficas extra-ocidentais são ainda mal conhecidas dos investigadores, dos alunos de antropologia e do público em geral. Mantêm-se cativas da sua própria alteridade.

## COLECÇÕES ETNOGRÁFICAS EM PORTUGAL QUE FUTURO?

Que futuro para estas colecções? Que futuro para estes museus? É uma pergunta recorrente. As respostas não são fáceis, mas passam certamente pelo modo como estamos ou não aptos a repensar a antropologia e as relações entre a investigação antropológica e o estudo dos *artefactos materiais*, que no seio do



ambiente museal, representam uma oportunidade rara para se problematizar a sua relação epistemológica.

Continuamos convictos que o caminho que tem mantido tanto os museus na periferia da teoria antropológica, como a antropologia desinteressada pelo estudo da cultura material existente nesses museus, configura uma “armadilha teórica”. Tenta-se teorizar sem se reavaliar de uma forma sistemática, as capacidades destes acervos e qual a lógica subjacente à construção destes sistemas de objectos<sup>17</sup>. Falta reavaliar o imaginário científico e ultramarino, de matriz antropológica, que se divulgou sobre o extra-ocidental através da sua cultura material. Faltam estudos aprofundados, nomeadamente, dos seus principais colectores (Cantinho, 2010:210). A tentativa de dar visibilidade à circulação de objectos investidos de diversos significados, torna-se tanto mais importante se tivermos presente que estes resultaram em simultâneo de uma vontade política, económica, científica e normativa com características espaço-temporais.

## ACERVOS COLONIAIS: CÁ E LÁ

O património constituído ao longo de séculos – quer se trate de património construído, arquivístico, móvel ou imaterial – que resultou de um contacto e presença portuguesa em ambiente colonial com uma origem e destino múltiplos, embora enquadrado por realidades políticas, sociais e culturais díspares, permanece ligado por laços indissociáveis cá e lá, na antiga metrópole e nas ex-colónias, em Portugal, Angola, Moçambique etc. Os museus com colecções coloniais são museus pós-coloniais? Estamos necessariamente face a questões epistemológicas de confronto, de confronto com a História (L’Estoile, 2003:57). Terreno pouco seguro mas aliciante, a que a Antropologia não pode ficar alheia. Está no centro do problema.

Num momento em que se pretende reavaliar o papel dos museus com acervos coloniais, chama-se à atenção para a importância deste património na reflexão que os cidadãos – portugueses, angolanos, moçambicanos, todos – podem e devem fazer sobre o seu passado, a sua contemporaneidade e as mudanças em curso.

---

<sup>17</sup> Sobre esta lógica ver Jean Baudrillard, *Le système des objets*, 1968.

## BIBLIOGRAFIA

- Annaes Maritimos e Coloniaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 1, 1840.
- Annaes Maritimos e Coloniaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 9, 1845.
- Baudrillard, Jean. *Le système des objets*, Paris, Gallimard, 1968.
- Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1781.
- Cantinho, Manuela. "Acervos extra-ocidentais e a sua musealização: ciclos e contraciclos", in: *Caminhos Cruzados em História e Antropologia: Ensaio de homenagem a Jill Dias*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010, pp.203-212.
- Cantinho, Manuela. "Jorge Dias e o Museu do Homem Português" in: *Homenagem a Jorge Dias*, Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, n.º 35, 2008, pp. 271-278.
- Cantinho, Manuela. *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonialismo e Alteridade*, Lisboa: FCG/FCT, 2005.
- Cem anos de Antropologia em Coimbra: 1885-1985*, Coimbra, Museu Laboratório Antropológico, 1985.
- Dias, Jorge, 1963, "Breve História do Museu do Homem Português", (texto policopiado).
- L'Estoile, Benoît de. "Le musée des Arts Premiers face à l'histoire", in *Les Arts premiers*, vol. XIV, Lisboa-Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2003, pp.41-61.
- Memória da Amazônia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem philosophica pelas capitánias do Grao-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*, [org.] Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, (textos M. L. Rodrigues de Areia, Maria Arminda Miranda, Tekla Hartmann), Coimbra, Museu-Laboratório Antropológico da Universidade, 1991.
- Pearce, Susan. *Museums Objects and Collections: A Cultural Study*, London, Leicester University Press, 1992.